



A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA E AS VUNERABILIDADES SOCIOECONOMICA E SOCIOAMBIENTAL NA ZONA OESTE DE CAICÓ/RN

Iapony Rodrigues Galvão ¹
Jaedson Zeferino dos Santos ²
Saulo Roberto de Oliveira Vital ³

RESUMO

O presente trabalho problematiza a relação existente entre a construção e expansão do espaço urbano de Caicó/RN, correlacionando o processo de Segregação Socioespacial existentes em suas zonas geográficas urbanas, em especial a zona oeste de Caicó, com as consequentes vulnerabilidades Socioeconômicas e Socioambientais, vivenciadas por grupos sociais excluídos que, historicamente, ocupam áreas de moradia irregular e que, em grande parte, são desassistidos por ações efetivas de políticas públicas. Na execução da pesquisa, realizaram-se estudos bibliográficos e documentais, além do exercício de análise e reflexão teórico-conceitual, tendo como produto a construção deste trabalho. Portanto, a partir da discussão em tela, busca-se a revelação de um sistema na qual o espaço intraurbano das cidades tornam-se cada vez mais lócus de inúmeros conflitos, desigualdades e segregações socioespaciais.

Palavras-chave: Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

ABSTRACT

This present article problematize the relationship between the construction and expansion of urban space in Caicó/RN, correlating the process of Socio-spatial Segregation existing in its urban geographic zones, especially the west zone of Caicó, with the consequent Socioeconomic and Socioenvironmental vulnerabilities, experienced by excluded social groups that, historically, occupy areas of irregular housing and that, to a large extent, are neglected by effective public policy actions. In carrying out the research, bibliographic and documentary studies were carried out, in addition to the exercise of analysis and theoretical-conceptual reflection, having as a product the construction of this work. Therefore, from the on-screen discussion, we seek to reveal a system in which the intra-urban space of cities increasingly becomes the locus of countless conflicts, inequalities and socio-spatial segregation.

Keywords: Sociospatial Segregation; Socioeconomic and Socioenvironmental Vulnerabilities; Public policy; Caicó/RN.

¹ Docente do GEOCERES - Mestrado Acadêmico em Geografia/CERES/UFRN, iapony.galvao@ufrn.br;

² Mestrando do GEOCERES - Mestrado Acadêmico em Geografia/CERES/UFRN, jaedsonzeferino@gmail.com;

³ Docente do GEOCERES - Mestrado Acadêmico em Geografia/CERES/UFRN, srovital@gmail.com;



INTRODUÇÃO

O espaço urbano abriga mais da metade da população do planeta (ONU, 2020), com a difusão dos processos de urbanização baseados na desigualdade ocasionada pelo modo capitalista de produção, provocando crises socioeconômicas e degradação ambiental como consequências diretas do crescimento urbano.

Assim, a estrutura que rege estrutura o sistema político e econômico para o referido espaço urbano está pautada na lógica econômica capitalista, gerando transformações e inerências antrópicas nos sistemas naturais. E, logo, no espaço urbano brasileiro há problemas de distribuição socioespacial, de déficit de habitação e do direito à cidade, que acompanham o crescimento e o desenvolvimento urbano (LENCIONI, 2017).

Desta forma, no Brasil, os processos de urbanização resultaram em transformações socioespaciais, sob o ordenamento e planejamento do Poder Público e dos Agentes hegemônicos do sistema capitalista, onde, na configuração espacial das cidades, geram um cenário de exclusão, segregação e desigualdades urbanas, vulnerabilidades socioeconômicas e de danos ambientais como parte indissociável da realidade do desenvolvimento urbano.

Os problemas urbanos e que foram manifestados, em um primeiro momento, nas grandes cidades brasileiras, posteriormente viriam a ampliar-se para as cidades médias, trazidas por Santos (1993), sob a ótica de uma estruturação urbana veloz, sem as devidas aplicabilidades do planejamento espacial, ocasionando um crescimento desordenado. O produto desse desordenamento implica em impactos sociais e ambientais nos espaços urbanos.

Ademais, o desenvolvimento das cidades brasileiras veio acompanhado de problemas socioespaciais, de ordem econômica, social e ambiental, tais como o processo de periferização, favelização, crescimento do tráfego de automóveis, poluição de recursos naturais, elevação no número de trabalhadores informais.

Outrossim, somados a essa realidade urbana, pontuamos o processo de segregação socioespacial e a consequente vulnerabilidade socioeconômica e socioambiental, vivenciada por determinados grupos sociais, compostos por pessoas de baixa renda, que ocupam áreas irregulares e vivem em inadequada situação habitacional, a qual em sua grande parcela, encontram-se nas periferias urbanas.



A discussão gerada acerca das vulnerabilidades socioeconômicas e socioambientais na sociedade, são compreendidas por Girão et. al. (2018), como a correlação de ações antrópicas responsáveis por diversas modificações no meio físico-natural, considerando seus eventuais impactos que acarretam diversos problemas de transformação do espaço geográfico.

A análise acerca das vulnerabilidades, trazem consigo o conhecimento das injustiças sociais e os fatores de exposição aos riscos ambientais a populações que se enquadram num contexto de maior desigualdade econômica e social, uma vez que “concentração da renda e desordem na ocupação (sobretudo em desacordo com as normas de proteção ambiental e de seguridade sanitária) promovem maior exposição ao risco”. (GIRÃO et. al., 2018, p. 72).

A cidade de Caicó/RN desponta com uma cidade de relevância espacial no contexto do Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que é referência para as cidades circunvizinhas, interagindo ainda, com as cidades de outros estados, como a Paraíba.

Sua relevância como centro regional e urbano ganha maior notoriedade após a ocorrência de eventos históricos presentes na construção espacial da cidade, segundo Morais (1999), no período entre 1950-1960, com o ciclo promissor do algodão, Caicó tornou-se o centro industrial-financeiro desse crescimento econômico, refletidos na expansão urbana, na variedade de serviços e melhoramento da infraestrutura urbana.

Nas décadas de 1970 e 1980 a cidade enfrentou uma forte crise na industrial do algodão. Apesar da crise econômica, os investimentos em políticas urbanas, não cessaram, sendo uma forma de mitigação dos problemas socioeconômicos e retoma da base econômica, passando a ser alicerçada no setor de comércio e serviços.

Todavia, com a falta de planejamento e ordenamento, acrescido do rápido aumento demográfico, segundo a mesma autora, registrou-se uma tendência de maior expansão e ocupação da Zona Oeste da cidade, uma vez que essa área apresentava uma topografia acidentada e foi gradativamente sendo ocupada pela população mais pobre, em virtude do desinteresse do mercado imobiliário.

A implementação de equipamentos urbanos nesse território não foi prioridade do Poder Público, e, dessa forma, tornaram-se desassistidos e expostos a situação de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental. Infelizmente, tal realidade desse grupo social desfavorecido, estendeu-se no decurso do tempo, sendo sentidas e vivenciadas por essa parcela da população até os dias atuais.



Atualmente, a dinâmica socioespacial presente espaço intraurbano da cidade de Caicó, é marcada pelo processo de segregação socioespacial, averiguado na estruturação e configuração de suas zonas geográficas, situado espacialmente no recorte da área central (centro) e zona oeste (periferia).

Desta forma, a vulnerabilidade socioeconômica e socioambiental analisada nesse trabalho, analisa a realidade de uma parcela da população excluída socialmente da periferia de Caicó, que ocupa áreas irregulares e não usufrui de uma boa qualidade de infraestrutura e equipamentos urbanos, privando-os de uma melhor qualidade de vida e atenuando as desigualdades sociais.

Assim, ressalta-se a discussão sobre a temática do processo histórico e as condições atuais da segregação socioespacial, com desdobramentos socioespaciais no espaço urbano da cidade de Caicó, despertando o interesse para a análise das vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais inerentes a uma parcela da população, que, em suma, necessita da ação efetiva por parte do Estado, sob a forma de políticas públicas que visem reduzir ou superar a situação de vulnerabilidade existente.

2 CONSTRUINDO O CONCEITO DE URBANIZAÇÃO: BREVES APONTAMENTOS

O desenvolvimento da vida urbana no Brasil é relativamente recente, especialmente a partir do começo do século XX, quando a indústria vai se tornando presente nas cidades, modificando o status quo da ocupação da população, que viviam nas áreas rurais e passam a migrar para as áreas urbanas.

A população urbana, que se mantinha sempre abaixo dos 10% da população total do país, eleva-se para cerca de 16% em 1920, atinge pouco mais de 30 % em 1940 e a partir daí aumenta rapidamente para 45% em 1960, 67% em 1980, 75% em 1990, 81,2% em 2000 e 84% em 2010 (IBGE, 2021). Faz-se necessário ressaltar que, no Brasil, bem como na maioria dos países periféricos, a urbanização se deu de forma acelerada, mesmo em regiões onde a industrialização não ocorreu de modo intenso, como é o caso da região Nordeste.

O crescimento da economia industrial e estilo de vida urbano cobiçado pela grande maioria da população criou uma densa rede urbana, na qual, segundo Santos (1993), as



idades se desenvolvem com maior velocidade do que o ato de planejar o espaço, o que gera um crescimento desordenado, implicando em impactos sociais e ambientais.

No Brasil, a discussão acerca da temática dos espaços urbanos e a formação das cidades brasileiras são abordadas, segundo Santos (2008), haja vista a construção de espaços geográficos e territoriais das cidades, com o território se apresentando como forma, e que, ao ser associados as atividades geridas pelos homens, evidencia função. O território e o espaço geográfico são o espaço habitado pelo homem, constituídos a partir do conjunto de fixos e fluxos implementados historicamente, sob a relação dos meios de produção e de poder que alteram frequentemente o espaço das cidades.

A desigualdade existente entre as forças aplicadas à dinâmica territorial urbana, em diversos casos atreladas à um planejamento estratégico do capital e o fortalecimento atuante do sistema capitalista, geram, aos espaços de maior concentração do capital e investimentos em infraestrutura urbana, espaços privilegiados e, aos espaços de menor investimento, os espaços daqueles com menos privilégios. “Assim, o território é usado de maneira desigual, privilegiando-se demandas hegemônicas, e não a sociedade como um todo, refletindo e manifestando, portanto, as intensas desigualdades [...].” (SALVADOR, 2016. p. 38).

Assim, de acordo com Junior (2014), o desenvolvimento urbano e suas desigualdades vieram, portanto, acompanhado de problemas sociais e ambientais, tais como a falta de moradias e favelização, a carência de infraestrutura urbana, o crescimento da economia informal, a poluição, a intensificação do trânsito, a periferização da população excluída socialmente, a ocupação de áreas de mananciais da planície de inundação dos rios, e de vertentes de declive acentuado, o que será aprofundado no tópico a seguir.

2.1. O processo de urbanização no Brasil e a Desigualdade Socioespacial

Aperfeiçoando a discussão acerca do processo urbanizador em detrimento do crescimento expressivo da população nas áreas urbanas, e o processo excludente advindo do sistema capitalista, surgiram problemas nas cidades, uma vez que as mesmas não foram organizadas para receber tamanha população em um período temporal muito curto e concentrado. Como consequência, Silva (2016) nos mostra que as características dos



moradores de áreas segregadas das cidades possuíram um menor acesso à moradia, saúde e segurança.

As redes urbanas e os espaços geográficos das cidades brasileiras, desde suas primeiras ocupações, passaram a ser moldadas de modo a conter contradições em seu tecido urbano, levando suas construções territoriais a serem constituídas de heterogeneidade.

Deste modo, a falta de planejamento urbano e o uso de um ordenamento territorial precário, direcionam a construção de espaços urbanos que produzem e refletem as elevadas desigualdades sociais, segregações socioespaciais, degradação ambiental, dentre outras problemáticas urbanas. Para dar encaminhamentos a esta vereda de pesquisa, parte-se do pressuposto de que a contradição é um aspecto intrínseco ao sistema capitalista e, conseqüentemente, reforça o bojo da formação da cidade (CARLOS, 2015).

Para Corrêa (1989), ao estudar a produção do espaço urbano das cidades, encontram-se repletas de ações intencionais oriundas de agentes sócias, que interferem na construção e valorização do solo urbano, ocorrendo de maneira diferenciada para esses espaços, gerando espaços valorizados e outros com menos valor de atração e investimentos.

Tal concepção, contribui para a compreensão do processo da formação das segregações socioespaciais que ocorrem ao longo do tecido urbano das cidades brasileiras, evidenciando, cada vez mais, as desigualdades socioeconômicas e espaciais existentes entre os grupos sociais que nele habitam.

A reflexão tratada acerca da segregação socioespacial é conceituada, segundo Castells (2000), como sendo a separação no espaço geográfico urbano da população por renda, raça, ocupação ou classe profissional, entre outras inúmeras variáveis, configurando cada vez mais espaços urbanos fragmentados e grupos homogêneos no território.

Esse movimento de espaços segregados, são observados, segundo Carvalho et. al. (2019), como comum às demais cidades brasileiras, haja vista a vivência da lógica de produção capitalista ao qual estão submetidas.

O modelo econômico capitalista brasileiro, que ganhou força com o processo de industrialização das cidades em meados do século XX, foi permeando e assegurando a lógica de ordenamento das cidades brasileiras, desta forma, o ordenamento pautava-se na lógica do direcionamento oportuno ao capitalismo liberalizado.



As cidades se tornaram mercadorias, como aponta Acserald (2013), uma vez que em seus espaços intraurbanos, instauraram-se a competição entre as localidades centralizadas, que, por sua vez, atraíam densos investimentos em comparação com aquelas localidades que detinham um menor grau de atratividade de investimentos do capital, em sua grande parte, áreas periféricas.

Os investimentos atrativos ao capital, eram fruto dos interesses dos agentes hegemônicos e do Estado, que estavam adensados nos centros das cidades. Em contrapartida, as periferias estavam cada vez mais a margem das políticas de habitação, infraestruturas e equipamentos urbanos, fomentando a desassistência aos grupos sociais excluídos. Desde modo, as cidades brasileiras apresentavam-se um desenvolvimento desigualmente distribuído e territorialmente segmentadas, como observado a seguir:

Nessas cidades crescentemente desiguais, os grupos a quem se destinam a moradia precária, o trabalho perigoso e a proximidade com instalações arriscadas e ambientalmente danosas são, via de regra em maior proporção, grupos étnicos e população migrante. [...], na qual os benefícios e os males do desenvolvimento são desigualmente distribuídos. (ACSERALD, 2013, p. 242).

O processo de segregação é compreendido não de uma forma autônoma, uma vez que há intencionalmente estruturado por um variável de rendas, como, também, por parte dos produtores urbanos, composta por diversos agentes produtores do espaço urbano os quais nos remete (CORRÊA, 1989), como os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção, as agências financiadoras, influenciado, durante décadas, um padrão de uso e ocupação do solo urbano extremamente perverso, sob a forma desigual dos investimentos urbanos (infraestrutura e equipamentos), formando um conjunto de benefícios urbanos, apropriado seletivamente por alguns grupos em detrimentos de outros, o que ratifica, cada vez mais, uma condição de exclusão social, territorial e de segregação espacial.

Como consequência direta dessa complexa conjuntura, a própria sociedade urbana que promove essas disparidades em suas dinâmicas, é atingida pelos impactos negativos do desenvolvimento a partir das condições de vulnerabilidade.



A vulnerabilidade (ALVES; OJIMA, 2008, apud SIEBERT, 2012, p. 05) possui duas dimensões inseparáveis: a dimensão espacial e a dimensão social, pois trata não apenas da exposição aos riscos, mas também na capacidade de reação. Esta vulnerabilidade significa menor capacidade de evitar os desastres, assim como, menor capacidade de resistir e reagir após sua ocorrência.

A falta de assistência da gestão pública aumenta as condições de vulnerabilidade social, socioambiental, e, conseqüentemente, tornam essas populações ainda mais propícias à maiores ameaças e perigos, desassistidos pelo poder público devido à omissão do Estado na execução de uma política habitacional consistente, ponto importante do planejamento urbano”. (SIEBERT, 2012, p. 05), como ocorre em Caicó/RN, conforme será visto a seguir.

2.2. O espaço urbano de Caicó/RN e sua Segregação Socioespacial

O município de Caicó, pertencente ao Estado do Rio Grande do Norte, possui uma população estimada de 68.348 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2021), a exercendo o papel de importante centro regional no contexto do Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que se configura como sede administrativa da Região Imediata, exercendo influência direta em 15 municípios, e classificando-se como uma das três regiões intermediárias potiguares, influenciando diretamente 24 municípios sob sua jurisdição (IBGE, 2017), como está apresentado na figura 01, a seguir.

De acordo com as Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2020), Caicó é classificada como Centro Sub-regional B, um nível de grande importância para a rede urbana nordestina, visto que esses centros assumem funções de mediação entre os grandes centros urbanos e as pequenas cidades, sendo classificada, portanto, como uma cidade média ou intermediária.

A cidade de Caicó desponta como uma cidade de porte intermediário e de relevância espacial no contexto do Estado, uma vez que é referência para as cidades circunvizinhas, interagindo ainda, com as cidades de outros Estados, como a Paraíba. Na perspectiva de investigar o processo de formação do espaço geográfico urbano de nosso recorte espacial, buscou-se definir como base empírica dessa pesquisa a análise da zona urbana cidadina, que consta com uma ocupação residente urbana de 92% (57.461 hab.) do

total da população caicoense, o qual chegava a 62,709 habitantes, segundo o IBGE (2010).

Figura 01: Mapa de Localização e perímetro urbano da cidade de Caicó/RN.



Fonte: ARAÚJO, J. Z. 2021.

O processo de análise do recorte temporal e os marcos e eventos históricos-geográficos que ocorreram nos primórdios na década de 1930, além do período posterior à crise do ciclo do algodão na década de 1970, pontuados por Farias (2011), resultou em uma elevada expansão urbana da cidade até os dias atuais, servindo como suporte fundamental para a compreensão da formação do sistema urbano caicoense, uma vez que, desde esse período, a cidade passou a vivenciar uma maior expansão urbana em decorrência de uma ocupação urbana acelerada, o aumento no contingente demográfico e uma consequente ocupação territorial desordenada.

Assim sendo, em uma análise acerca da expansão urbana e a formação desordenada do espaço urbano, realizou-se a investigação que problematiza a relação da expansão urbana desordenada, com o processo de Segregação Socioespacial de Caicó, capazes de expor vulnerabilidades socioeconômicas em socioambientais à determinados grupos sociais.

Na perspectiva de Farias (2011), foi a partir da década de 1930 que Caicó se estruturou como centro regional e urbano de considerável relevância, lhe conferindo



maior projeção regional e significativa estrutura político-econômica e social, fato que foi de suma importância para sua construção espacial urbana atual, uma vez que, nos primórdios de sua formação territorial, a cidade centralizou atividades e funções sociais e econômicas, baseadas no binômio gado/algodão, evidenciando a pecuária, mas principalmente, a partir da cotonicultura e da indústria das usinas de beneficiamento do algodão.

Destarte, a cidade ganha uma dinâmica socioespacial atenuada, atraindo e centralizando um vasto fluxo populacional e econômico. E, deste modo, Morais (1999) compreende que, no período entre 1950-1960, com o ciclo promissor do algodão, Caicó tornou-se o centro industrial-financeiro desse crescimento econômico, refletindo na disponibilidade de empregos e conseqüentemente, no crescimento populacional urbano.

Desta forma, a cidade passou a receber inúmeros investimentos e benefícios em infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, tais como a chegada de instituições de ensino, hotéis, lojas e centros comerciais, além da ampliação de serviços de educação, comunicação e saúde.

Portanto, essa grande ocupação e construção dos espaços urbanos e dos serviços ofertados, ocasionaram a migração da população que residia no campo em direção para a cidade, e das cidades circunvizinhas em direção à Caicó. Nesse período, se observou uma mudança irreversível na tendência de crescimento da população entre aqueles que habitavam na zona urbana, sob a população que residia na zona rural. Esses efeitos são sentidos até os dias de hoje, segundo os últimos censos demográficos, como mostrará a tabela 01, a seguir.

A expansão urbana, como nos lembra a mesma autora, ocasionou alterações cartográficas ao espaço citadino. Esse crescimento acelerado, entretanto, sem o planejamento adequado, contribuiu para a ocupação desordenada do solo urbano. Na década de 1970 e 1980, a cidade enfrentou uma forte crise na indústria do algodão. Apesar da crise econômica, os investimentos em políticas urbanas, como forma de mitigação dos problemas socioeconômicos, não cessaram.

Os investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos passaram a ser concentrados na área central da cidade, que se caracteriza por um evidente processo de centralização de atividades terciárias, assumindo a configuração de centro comercial da cidade, onde estão localizados os principais setores de serviços, como o comércio, transporte, saúde, hotelaria, diversão, bancos, alimentação e segmentos tecnológicos.



Tabela 01: População total, urbana e rural de Caicó/RN. 1940-2010.

CENSO	Total	Urbana	Rural
1940	25.233	4.636	20.597
1950	24.214	7.755	16.459
1960	27.447	16.233	11.214
1970	36.521	24.538	11.983
1980	40.030	30.828	9.202
1991	50.640	42.783	7.857
2000	57.002	50.624	6.378
2010	62.709	57.461	5.248

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (2021)

A expansão urbana, como nos lembra a mesma autora, ocasionou alterações cartográficas ao espaço citadino. Esse crescimento acelerado, entretanto, sem o planejamento aquedado, contribui para a ocupação desordenada do solo urbano. Na década de 1970 e 1980, a cidade enfrentou uma forte crise na industrial do algodão. Apesar da crise econômica, os investimentos em políticas urbanas, como forma de mitigação dos problemas socioeconômicos, não cessaram.

Os investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos passaram a ser concentrados na área central da cidade, que se caracteriza por um evidente processo de centralização de atividades terciárias, assumindo a configuração de centro comercial da cidade, onde estão localizados os principais setores de serviços, como o comércio, transporte, saúde, hotelaria, diversão, bancos, alimentação e segmentos tecnológicos.

Por conseguinte, houveram redefinições no uso do solo urbano na área central, com as residências cedendo espaço a instalação de diversos segmentos comerciais, em uma substituição do conteúdo social. No entanto, somente aqueles com poder aquisitivo considerável puderam permanecer residindo no centro, não cedendo às pressões do mercado imobiliário, e não direcionando suas ocupações às zonas periféricas ao centro.

A formação e consolidação das zonas geográficas periféricas de Caicó, segundo Morais (1999) ocorreu por duas vertentes, o processo de descentralização comercial e a emergência de um novo processo de ocupação residencial sem planejamento adequados.



A emergência por novos subcentros e áreas industriais fizeram surgir novos e modestos comércios e indústrias, onde a população de baixo poder aquisitivo, em grande parte vindas das zonas rurais e emergencialmente necessitando de ocupação, passaram assim, a ocupar essas zonas periféricas.

É possível apreender que, na dinâmica espacial de Caicó, a estratificação social tornar-se evidente em suas zonas geográficas, onde no interior dessas áreas sociais ganham-se contornos cada vez homogêneos, no que se refere a instrução, ocupação funcional e nível de renda de seus moradores, em decorrência da composição da classe social, deste modo:

Tratando-se especificadamente da cidade de Caicó [...] o excessivo crescimento urbano acarretou vários problemas e intensificou outros, deixando transparecer no espaço, as margens das desigualdades sociais, confirmando a ideia de que o espaço urbano reflete a estratificação, articulação e fragmentação da sociedade. (MORAIS, 1999, p. 265).

Uma análise acerca do processo rápido de expansão urbana de Caicó, em especial entre as décadas de 1980 e 1990 e os desafios e mudanças para o início do século XXI, elucidada-se através do reconhecimento da ausência de um adequado planejamento e ordenamento urbano, somados ao crescimento demográfico desordenado, registraram uma tendência ascendente do crescimento de todas as zonas geográficas da cidade, principalmente nas áreas periféricas, em especial a zona oeste de Caicó.

A zona oeste de Caicó concentra uma parcela significativa de grupos sociais de reduzido poder aquisitivo, com baixos investimentos em infraestrutura e que passaram a ocupar áreas pouco valorizadas pelo mercado imobiliário. Uma população massivamente pobre, com vulnerabilidades socioeconômicas, passa a ocupar de modo irregular, áreas que lhes oferecem risco a vulnerabilidade socioambiental, conforme visto a seguir.

2.3. As Zonas Geográficas de Caicó: O caso da zona oeste, suas vulnerabilidades e as políticas públicas

O espaço urbano de Caicó, no contexto estadual, desempenha a função de centralizador da rede urbana regional da região intermediária de Caicó e seus 24 municípios, além de outros 12 municípios paraibanos, numa região conhecida,



historicamente, como Seridó potiguar, com relevância nos aspectos econômicos e político-administrativos.

Deste modo, Salvador e Brito (2018) compreendem que todos esses aspectos citados anteriormente, beneficiam o crescimento urbano, em especial frutos da interferência dos agentes econômicos, imobiliários e fundiários, além da atuação do Estado, sob a forma do poder público, resultariam numa ação intencional na promoção especulativa do solo urbano.

A discussão sobre o espaço urbano e a presença e percepção das vulnerabilidades nele existentes, merecem nossa atenção, uma vez que há variadas formas e particularidades de uso e ocupação do espaço, aos quais, correspondem a organização socioespacial do homem em sociedade e sua condição socioambiental.

Essa interação incide diretamente na realidade de determinadas populações ou grupos, principalmente aqueles que apresentam baixos indicadores socioeconômicos, consolidando-se em grau de maior ou menor vulnerabilidade social e socioambiental e, conseqüentemente, sendo capazes de gerar maior exposição aos riscos.

A vulnerabilidade é enfatizada por Girão et. al. (2018), uma vez que está posta sob a forma de um conjunto de fatores naturais e sociais, que, nas áreas urbanas, apresentam-se como o uso e ocupação inadequados do solo, produzindo instabilidades e fragilidades socioambientais, fomentando a exposição aos riscos.

Assim, a vulnerabilidade apresenta-se em variáveis múltiplas, como as qualidades dos equipamentos e infraestrutura urbana, o acesso à saúde, educação, transporte, segurança, habitação entre outros. Zanella (2013) traz uma definição ampla de algumas dessas variáveis, observadas a seguir:

As condições culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais, sociais e de saúde vão tornar as pessoas e os grupos sociais mais ou menos vulneráveis, ou seja, refletem na capacidade de enfrentar, superar ou minimizar as dificuldades e aproveitar as oportunidades para melhorar sua situação de bem-estar (ZANELLA Et. Al, 2013, p. 320).

Partindo desse contexto, a área central de Caicó, passa a apresentar elevados custos imobiliários, caracterizado por um território que concentra os maiores investimentos em capital financeiro, infraestrutura e equipamento urbanos, o que não é

percebido nas outras zonas geográficas da cidade de Caicó, localizadas e destacadas no mapa das zonas geográficas urbanas, como mostra, a seguir, a figura 02.

Figura 02: Mapa das Zonas Geográficas de Caicó/RN.



Fonte: ARAÚJO, J. Z. 2021.

A distribuição desigual dos investimentos em infraestrutura e capital entre o centro e a periferia, converte-se na situação de invisibilidade de ocupação da área central, uma população em estado de menor nível socioeconômico, ou seja, maior vulnerabilidade socioeconômica, levando-os a migrarem para as periferias e consequentemente, ocuparem áreas irregulares, passíveis de maior vulnerabilidade socioambiental.

Em uma análise acerca da expansão urbana de Caicó e a aplicabilidade do índice de vulnerabilidade socioeconômica, aprofundando acerca da vulnerabilidade socioambiental para a escala intraurbana da cidade, segundo Queiroz, Moraes, Aloufa, (2019), verificou-se uma tendência de crescimento demográfico e migratório rural-urbano e urbano-urbano, pós-crise da cotonicultura nas décadas de 1970 e 1980, gerando um processo dinâmico e desordenado, na qual, o padrão de comportamento da população influenciou a dinâmica do terciário e a ampliação do número de bairros da cidade.

A expansão urbana ocasiona a alguns bairros periféricos problemas socioambientais, evidenciando as fragilidades da infraestrutura cidadã. Deste modo,



alguns problemas podem ser ressaltados com a sobreposição de situação de privação social econômica e a exposição aos riscos ambientais, como são trazidos logo a seguir:

[...] condições de vida da população residente em áreas periféricas deterioradas, geralmente marcadas pela precarização de infraestrutura em termos de coleta de lixo, abastecimento de água, drenagem, pavimentação de ruas e esgotamento sanitário, está na pauta de estudiosos, planejadores e gestores. Acrescente-se, ainda, a precarização ou ausência de instituições de saúde, educação, segurança pública, lazer e transportes, entre outros, que fragilizam e comprometem as condições de vida das pessoas nas cidades. (QUEIROZ; MORAIS; ALOUFA, 2019, p. 280).

A ocupação da zona oeste de Caicó, desde seus primórdios, sempre se mostrou muito desfavoráveis às políticas públicas que viessem trazer o bem-estar da população, como nos mostra Morais (1999):

Na zona oeste, com o processo de crescimento da cidade [...] trata-se da conformação de uma periferia edificada sobre terrenos de topografia bastante acidentada, onde são verificados os maiores índices de pobreza da cidade. [...] não se pode negligenciar o fato de construir uma periferia pobre. Desta forma, a implementação de serviços e equipamentos urbanos nem sempre são prioridades governamentais. Assim os serrotes sobre os quais esses bairros foram sendo construídos acabaram dificultando a vida dos moradores, principalmente no que se refere aos aspectos de abastecimento d'água, sistema de esgotos e circulação de transportes. (MORAIS, 1999, p. 205).

Na atual configuração citadina, tem-se que os índices e níveis de vulnerabilidade socioeconômica de Caicó, por bairros e zonas geográficas, oscilam entre muito baixo e médio. “No âmbito da cidade, a Zona Oeste é a que registra maior vulnerabilidade socioeconômica e o bairro João Paulo II, situado na referida zona, é o que apresenta o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica por Bairro - IVSB mais elevado” (QUEIROZ; MORAIS; ALOUFA, 2019, p. 284).

Assim, a zona oeste de Caicó, situa-se na periferia do espaço urbano e é compreendida como a zona periférica, assim como ocorre em tantas outras realidades espaciais periféricas reproduzidas em cidades médias e grandes cidades nacionais. A periferia de Caicó, não possui o mesmo apreço pela assistência do Estado e dos demais agentes que produzem o espaço urbano caicoense. Evidencia-se cada vez mais as



fragilidades na infraestrutura cidadina e ampliam-se os níveis de vulnerabilidade daqueles mais pobres.

A assistência do Estado, sob a forma de Políticas Públicas para esses territórios intraurbanos desassistidos e muitas vezes negligenciados, conforme visualizado na realidade das periferias de Caicó/RN, torna-se urgente e necessário, tendo em vista a atenuante presença de indicadores de vulnerabilidades socioeconômicas e socioambientais.

Sobre as políticas públicas, podem ser entendidas em seu modelo teórico desde seus primórdios, segundo Laswell (1936), sob a conciliação entre o conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Assim, as políticas públicas, conforme Souza (2006) repercutem, diretamente na economia e nas sociedades. E, por isso, qualquer teoria da política pública precisa, também, explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. O debate sobre essa temática enfatiza a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas.

As dificuldades apresentadas pela autora citada acima, fazem parte de uma realidade duramente reprovável, mas ganhando corpo no cenário político em qualquer escala de atuação, federal, estadual ou municipal. Discute-se, então, o papel das instituições na modelagem das preferências do auto interesse de quem comanda as decisões, ou seja, o processo decisório sobre políticas públicas resulta apenas de barganhas negociadas entre indivíduos que perseguem seu auto interesse.

Dessa forma, os espaços urbanos, em especial, o das zonas periféricas, não se configuram como espaços de assistência de políticas públicas, com pouca representatividade na esfera política, evidenciando a ambiguidade e desigualdade de investimentos em infraestrutura urbana entre o centro e a periferia, retroalimentando um sistema na qual o espaço intraurbano da cidade evidencia e reforça o locus de inúmeros conflitos e desigualdades territoriais.

No processo de formulação e planejamento de políticas públicas aplicado aos espaços urbanos, torne-se evidente que há uma luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais que nele habitam e usufruem. Uma guerra de interesses, na qual aqueles que detêm da maior parcela em domínio na esfera dos meios de produção, economia e política, direcionam suas estratégias político-econômicas para benefício próprio. “Essa luta é



mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimento de outros.” (SOUZA, 2006, p.39)

A dificuldade no processo de planejamento e ação de políticas territoriais no espaço urbano, são ressaltadas, segundo Rodrigues & Marcarelli (2015), através da ausência de marcos regulatórios, fragilidade político-administrativa e disparidades socioeconômicas da sociedade.

No entanto, as políticas são questionáveis e passíveis de seres remodeladas em suas inter-relações, uma vez que há desencaixes que permeiam a lógica dos fenômenos sociais e a estabilidade entre os recortes político-administrativos, tornando necessário novos posicionamentos, articulações e arranjos cada vez mais interativos e colaborativos, adensando aqui o papel imprescindível da sociedade, para a formulação participativa e adequada de políticas efetivamente planejadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização e configuração geográfica espacial das cidades, reverberam, como resultado e influência, no ordenamento e planejamento por parte do Poder Público e Agentes Hegemônicos de mercado.

Deste modo, ao discutirmos a realidade brasileira, o produto intencional desses agentes resultou em transformações socioespaciais desordenadas de grau significativo no espaço intraurbano das cidades, revelando o processo de segregação socioespacial, ora correlacionando-se com uma configuração espacial repleta de exclusão e desigualdades socioeconômicas entre grupos sociais, ora apresentando fatores espaciais e ambientais que levam esses grupos a estarem mais ou menos expostos as vulnerabilidades socioambientais.

A segregação socioespacial repercute na forma de um padrão de uso e ocupação do solo urbano extremamente perverso, sob a forma desigual dos investimentos urbanos (infraestrutura e equipamentos), com o conjunto de benefícios urbanos sendo apropriado seletivamente por alguns grupos em detrimentos de outros.

E as condições físicas do ambiente e fatores sociais, interagindo de forma desordenada, vão ocasionar em um maior nível de exposição a vulnerabilidade, podendo ser de origens distintas e consequências diversas, afetando diferentemente os variados grupos sociais e os elementos naturais.



Essa realidade averiguada na configuração espacial da cidade de Caicó/RN, fica evidente a partir da apresentação cronológica da formação de seu espaço intraurbano, repleto de intencionalidade por parte de atores e agentes hegemônicos e que, na atual configuração citadina, tem-se que os índices e níveis de vulnerabilidade socioeconômica de sua população aplicados por bairros e zonas geográficas, apresentando a zona oeste, ou seja, a periferia da cidade, com o IVSB mais elevado, onde os grupos sociais mais pobres vivenciam um situação de sobreposição de pobreza e vulnerabilidade a riscos ambientais.

Diante das desigualdades socioespaciais que existem no espaço intraurbano e a ausência de políticas efetivas que desempenhe a função de amenidade de desigualdades no espaço urbano, como a falta de equipamentos de saúde, educação, segurança, habitação entre outros, conduziram a um questionamento acerca da efetividade das políticas públicas para os grupos mais pobres que vivem nas periferias.

São necessárias, assim, remodelações político-administrativos, capazes de direcionar a novos posicionamentos, articulações e arranjos cada vez mais interativos e colaborativos, adensando aqui o papel imprescindível da sociedade, para a formulação participativa e adequada de políticas efetivamente planejadas.

Assim, evidencia-se que a zona periférica de Caicó/RN, atualmente, não tem o mesmo apreço e planejamento em políticas públicas através da assistência do Estado, onde a periferia resguarda pouca ou nenhuma representatividade na esfera política, e, não obstante dessa discussão, há a interferência e interesse privado dos atores que produzem o espaço citadino.

Portanto, as zonas geográficas urbanas da periferia, sob o recorte da zona oeste de Caicó e seus médios e alto índice de vulnerabilidade socioeconômica e vulnerabilidade socioambiental por bairros, evidenciam o desinteresse e descaso nos investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos, retroalimentando um sistema, onde o espaço intraurbano da cidade é o território de inúmeros conflitos, desigualdades e segregações socioespaciais e vulnerabilidades.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Cidade – Espaço Público?** A economia política do consumismo nas e das cidades. In: Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.234-247, jan./jun. 2013.



CARLOS, Ana Fani Alessandri (Ed.). **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p.192

CARVALHO, C. C. A; ALVES, L. S. F; SOUSA JUNIOR, A. M. S. J.. LIMA JÚNIOR, F.O. **Produção urbana no semiárido brasileiro**: um estudo sobre Pau dos Ferros/RN, Brasil. In: Revista Interações, Campo Grande, MS, v. 20, n. 3, p. 845-860, jul./set. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 602 p

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p.94

FARIA, Carlos Eugênio de. **Os eventos geográficos e a expansão urbana de Caicó**. – Natal :IFRN, 2011. 172p.

GIRÃO, I. R. F.; RABELO D. R.; ZANELLA M. E. **Análise dos Conceitos**: Riscos Socioambientais, Vulnerabilidade e Suscetibilidade. REGNE, Vol. 4. Nº especial, p. 72-83, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões intermediária e imediatas brasileiras**, Rio de Janeiro, Ed. IBGE, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades** 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo 2010**. Disponível em: «Censo 2010 - primeiros resultados». Ibge.gov.br. Acesso em: 09 Junho de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos**: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 11 de jun. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais para 2020**. Disponível em:< https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf > Acesso em Abril de 2021.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. **Planejamento da paisagem e planejamento urbano**: reflexões sobre a urbanização brasileira. Revista Mato-Grossense de Geografia - Cuiabá - v. 17, n. 1 - p. 101 - 116 - jan/jun 2014.

LASWELL, H. D. Politics: **Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, metropolização e regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. 264p

MORAIS, I. R. D. **Desvendando a cidade**: Caicó em sua dinâmica espacial. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1999.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Disponível em: > <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> > Acesso em: Abril de 2021.

QUEIROZ, Luziana Nunez; MORAIS Ione Rodrigue Diniz. ALOUFA, Magdi Agmed. **Expansão Urbana e Vulnerabilidade Socioeconômica: carto(grafia) da cidade.** Revista Desenvolvimento em Questão Editora Unijuí, Ano 16, n. 45. out./dez. 2018. 268 – 286.

RODRIGUES, J. N.; MOSCARELLI, F. **Os desafios do pacto federativo e da gestão territorial compartilhada na condução das políticas públicas brasileiras.** GeoTextos, vol. 11, n. 1, 2015. p 139-166.

SALVADOR, Diego Salomão Candido de Oliveira. **Os circuitos da economia urbana no eixo rodoviário Natal-Caicó.** 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. p.

SALVADOR, D. S. C. O; BRITO D.M. **Planejamento e Ordenamento do Território Urbano de Caicó (RN) na atualidade.** Geografia em Questão. V.11, N. 01, 2018.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 1993. 155p

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2008. p. 137-144.

SIEBERT, Cláudia. **Resiliência Urbana: Planejando as Cidades para Conviver com Fenômenos Climáticos Extremos.** 2012. Belém, VI Encontro Nacional da ANPPAS. 17p.

SILVA, M. M. N. et al. **Segregação socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano.** Revista Monografias Ambientais - REMOA v. 15, n.1, jan-abr. 2016, p.256-263

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

ZANELLA, M. E.; OLÍMPIO, J. L.; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C. Vulnerabilidade socioambiental do baixo curso da bacia hidrográfica do Rio Cocó, Fortaleza-CE. **Sociedade & Natureza.** Uberlândia, v. 25 n. 2, p. 317-332, mai. 2013.